



POSFÁCIO

**Para além da partilha, mulheres na contramão da
História**

O limite estava na incapacidade de reconhecer
a esfera da reprodução como fonte de criação de valor e
exploração,
o que as levava a localizar as raízes
da diferença de poder entre mulheres e homens
na exclusão das mulheres do desenvolvimento capitalista
– uma posição que, mais uma vez,
nos obrigava a depender de esquemas culturais
para dar conta da sobrevivência do sexismo
dentro do universo das relações capitalistas.

Silvia Federici
O Calibã e a Bruxa, 2004.

Na verdade, trata-se da orientação com dimensão humana
no contexto econômico de desmedida
e das objecções a muitas vezes
à ameaça destrutiva do trabalho e da vida.

Sabine Plonz
Mehrwert und menschliches Maß, 2011.

Os últimos quarenta anos assinalam para uma intenção comum: colocar nas agendas e nas ações (políticas públicas) a questão de gênero na pauta contemporânea e promover direitos e iniciativas capazes de garantir a aplicação do marco legal-institucional, planos nacionais e estaduais, mas, sobretudo garantir proteção e acesso à justiça e à cidadania (PEDROSO et alii, 2003). Nunca as lentes de gênero (SCOTT, 1992, 1995; SAFFIOTI, 2014; SILVA, 2018) foram tão marcadas e tão essenciais para a construção não somente no campo das ciências, mas especialmente promovendo Direitos Humanos e epistemologias outras. Agrupamentos femininos e feministas revelaram capacidades de mudança, com destaque à sobreposição de categorias (CAVALCANTI, 2018) e os engajamentos refletidos nas ações cotidianas que modificam as vidas precárias e vivíveis (BUTLER, 2011 e 2016), de tal

maneira que, independente das intervenções e relatórios institucionais, a preservação da vida, da dignidade, da memória e do bem viver coletivamente são eixos centrais.

Esse livro resulta de caminhos individuais e coletivos, de pesquisa, ensino e extensão (com forte viés de aproximação entre instituições governamentais e universidades). Tal percurso reflete intenções, desejos e, sobretudo, trilhas que se cruzam, interdisciplinarmente, compondo partes que versam para além do abissal (SANTOS, 2007). Este livro faz uma análise dos fluxos e interdições concernentes a diversas interfaces de gênero, desde as trocas desiguais na agroecologia, passando pelos poderes assimétricos na emancipação econômica até as migrações forçadas, traçando perfis sócio demográficos dos (as) envolvidos (as) e assinalando a necessidade e a possibilidade de melhorias dos processos e políticas públicas voltadas a estes sujeitos.

Os dados apresentados e analisados são pontas de iceberg, denotando rigor e metodologias múltiplas. Confirmam a vivência e a manutenção de uma cultura fetichista que teima em manter as mulheres invisibilizadas e subalternas na composição (papel e propósito) dos “sujeitos” na sociedade produtora de mercadorias, eivada de antagonismos, inequivalências, assimetrias e anátemas. Impõe-se este livro como meta uma descrição densa, centrada em referenciais teóricos, regulatórios e empíricos mas, por isto mesmo, na “necessidade de retratamento das variáveis de monitoramento através de avaliações quali-quantitativas de incertezas de informações”, arejando o debate que termina por se configurar em avaliações ‘iterativas’ de agendas internacionais e políticas específicas.

As mulheres têm se mostrado sujeitos em desigualdade na sociedade capitalista, na qual predomina o poder despótico-patriarcal, ainda acrescidas de outras injustiças (pesos e

medidas, exclusões, vulnerabilizações, assimetrias, subalternidades etc.) que confirmam a sua precariedade¹. Isso não porque querem, decidam ou desejem. Na esfera da justiça social, a liberdade (autonomia e emancipação) poderiam ainda ganhar dimensão para além de uma “torre de papel” (CAVALCANTI; SILVA, 2016). Tal concepção – de liberdade – é basilar na teoria do desenvolvimento para Amartya Sen (1999, 2000, 2011, 2012), incorporando capacidades e reavaliações de “efetividades”.

Pensar, portanto, que as pessoas poderiam atingir interligações e conexões entre categorias seria uma forma de almejar o desenvolvimento com liberdade. Mas, esse objetivo em geral esbarra em violações quanto ao sexo/gênero, raça/etnia/cor, territórios, classe social, religião e, reiteradamente, ampliam a precariedade.

Inúmeros são os esforços para compreender, analisar, demonstrar e criar agendas de intervenção e enfrentamento seja por parte de estudos acadêmicos, institucionais governamentais ou não governamentais. Ademais, com objetivo central associado à Teoria Crítica e epistemologias feministas (CAVALCANTI; SILVA, 2015 e 2016), outro aspecto categorial se soma ao intento: enveredar, ao longo do livro, por uma perspectiva emancipacionista

Consciência e autonomia não são processos fáceis de realização individual. Muitas vezes, os tempos sombrios e de múltiplas

¹ Estamos a adotar a categoria empregada por Judith Butler (2018) para discriminar as pessoas que estão constantemente expostas à violência e alienadas de políticas protetivas. Deste modo, entendemos que a “condição precária” (outra categoria-chave imprescindível para compreender os contributos da filósofa norte-americana à teoria crítica) abarca não um grupo específico, como aludido na “precariedade”, mas toda a sociedade que está inserida no sistema de reprodução e consumo - de forma direta ou relativa.

violações aos Direitos Humanos (dimensões já consensuadas através de acordos, planos e convenções internacionais, também traduzidas e inseridas nas letras constitucionais de muitos países, como é o caso brasileiro) exigem a orientação à crítica do que entendemos como a esfera pública na qual as forças políticas podem se agregar e, por intermédio do conflito (a essência da Democracia) realizar a ação política necessária para proporcionar um devir orientado às alteridades, para aquilo que nos vincula eticamente ao Outro.

Conforme assinalado ao longo dos capítulos, temos já, no contexto brasileiro e baiano, um processo de implementação e avaliação de políticas públicas específicas, planos de ação, ratificando determinações da agenda internacional e reivindicações de movimentos feministas e de mulheres que lutavam/lutam pelo reconhecimento dos direitos das mulheres conquistado constitucionalmente e que o Estado brasileiro deveria assegurar-los. Casos de mulheres quilombolas, indígenas, de comunidades ribeirinhas, pertencentes às agriculturas familiares e a territórios interioranos, também vêm, nas últimas duas décadas, ganhar e tomar assento nas decisões, nas formações e na possibilidade de uma “economia justa” – reconhecendo nesta ontologia a dialética do possível, ou seja, da supressão da precariedade.

Deste modo, mesclar gênero, economia e migração forçada – na mais ampla acepção dos termos – revela-se como um processo combinado, complexo e uma das “veias abertas” de um continente diverso, mestiço e plural, apenas acessível ao “escovar a história a contrapelo” até por fim contribuir para uma (re)orientação do possível, parafraseando respectivamente Eduardo Galeano (2018) e Walter Benjamin (1987), através da implantação de políticas, mecanismos institucionais e iniciativas de efetiva promoção da igualdade e acessibilidade à justiça e cidadania (Pedroso et alii, 2003). Essas assertivas

encontram-se inscritas na sessão de justificativas do projeto de pesquisa ora apresentado, contemplando a urgência de coletar, analisar e usufruir dos dados acerca das práticas e epistemologias feministas.

Criar metodologias que registrem histórias e “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007), avaliações e análises desse material produzido, fazer ampla divulgação e formação continua podem ser formas de atuação que garantem acessibilidade e proteção.

A originalidade dessas instâncias é o desempenho de um duplo papel, 1) da abertura de um amplo diálogo e revigoramento de ações emancipatórias: em sua interlocução para dentro dos aparelhos do Estado, reivindicando e acompanhando a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades e direitos das mulheres; 2) da interlocução com a sociedade civil, promovendo a mobilização e formação continuada de recursos humanos e materiais disponíveis no mundo das organizações não governamentais, universidades e mídia para iniciativas de melhoria da qualidade de vida das mulheres e da promoção de direitos.

Desta maneira, nada melhor do que integrar as liberdades e a dignidade humana como princípio e prática. Entrementes, para afastar-se da precariedade e da constante busca por vidas vivíveis, mais do que teorizar, há que fazer acontecer no cotidiano, na lide diária, no ir e vir, nas garantias e nos sonhos.

Desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura etc.”, até “realizações sociais mais complexas tais como tomar parte na vida da comunidade, ser capaz de aparecer em público sem envergonhar e assim por diante (SEN, 2012, p. 79 e 173).

Essas têm mostrado “milhares de encantos”, na contemporaneidade. Contudo, “os escravos (friso nosso – e as escravas), ainda que contentes, nunca saberão” (SEN, 2011, p. 27) sobre liberdade e igualdade enquanto o desenvolvimento não for um compromisso com as possibilidades reais e concretas de promoção para e pelos Direitos Humanos (CAVALCANTI; SILVA, 2011, 2015, 2016).

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Historiadora

Pós-Doutora em Direitos Humanos e História Contemporânea
| Universidad de Salamanca (US, España; CAPES e CNPq).

Doutora em Direitos Humanos | Universidade de León (UL,
Espanña).

Antonio Carlos da Silva

Economista.

Pós-Doutor | Centro de Estudos Sociais da Universidade de
Coimbra (Portugal). Doutor em Ciências Sociais | Universidad
de Leon (UL, España) | Universidade Federal da Bahia
(UFBA, Brasil).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 222-232.

BUTLER, Judith. *Vida precária*. Contemporânea, 2011, n. 1, pp. 13-33. Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/0>

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTI, Vanessa; SILVA, Antonio Carlos da. Crise Global: Reflexões sobre a sociedade do espetáculo ao ritmo do capital. *Portuguese Studies Review*, 18 (2), 2011.

CAVALCANTI, Vanessa; SILVA, Antonio Carlos da. Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma “aventura” emancipatória. *Revista Dialética*, v.6, n. 5, junho de 2015, pp. 66-78.

CAVALCANTI, Vanessa; SILVA, Antonio Carlos da. Em tempos incertos e emergências sociais: Para uma crítica da ética, Instituições e Direitos Humanos no Brasil. *Anais, I Encontro sobre Sociologia do Direito e da Justiça*. Coimbra: Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, janeiro de 2016.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Coletivo Sycorax, 2004.

GALEANO, Eduardo. *Veias abertas da América Latina*. Lisboa: Antígona, 2018.

PEDROSO, J.; TRINCÃO, C.; DIAS, J. P. E a justiça aqui tão perto? As transformações no acesso ao direito e à justiça. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 65, 2003, pp. 77-106.

PLONZ, Sabine. Mehrwert und menschliches Maß. Zur ethischen Bedeutung der feministisch-ökonomischen Care-Debatte. *Das Argument*, 2011, n. 292, pp. 365–380.

RITTEL, Horst W.; WEBBER, Melvin M. Dilemmas in a General Theory of Planning. In: *Policy Sciences 4*. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company, 1973, pp. 155-169.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Novos estudos CEBRAP*, 2007, n.79, pp. 71-94. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

SCOTT, J. W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, pp.64-65.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, Salete M. *Feminismo jurídico: uma introdução*. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 4, n. 1, 2018, pp. 83-102. Disponível em:
DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v4i1.25806>.